



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	93
Rubrica	

“E D I T A L ”

Pregão Presencial n.º 33/2018 SMS

P R E Â M B U L O

Processo n.º	15893/2018
Fundamento Legal:	Lei 8666/93, e suas alterações, Lei n.º 12.846/13, Lei 10.520/02, Decreto Municipal n.º 270/02, Decreto Municipal 158/2018
Finalidade:	Aquisição de Eletrodomésticos para CAPS.
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por Item
Execução:	Indireta
Data:	30/01/2019
Horário:	14HS
Local de Realização:	Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ.

1.1. A Secretaria de Saúde, Órgão integrante da Prefeitura Municipal de Maricá, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, autorizados através da Portaria N.º 1516/2018, torna público que fará realizar a licitação na modalidade **Pregão Presencial, sob o Regime de Execução Indireta, tipo Menor Preço Por Item, conforme informações constantes nos autos do processo administrativo supracitado.**

1.2. A Sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preço e a Documentação será na data supracitada, na **Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ.**

1.3. A presente licitação e o contrato que dela resultar serão regidos pelas disposições contidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 270/2002 e 158/2018, e suas alterações em vigor, pela Lei Complementar n.º 101/2000, Lei Complementar 123/06, Lei Complementar



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	94
Rubrica	

147/2014 e demais normas aplicáveis à espécie, que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento editalício, como se nele estivessem transcritas e às quais as partes, desde já, sujeitam-se incondicionalmente.

2. DAS DEFINIÇÕES

2.1. Para efeitos deste Certame define-se como:

2.1.1 Beneficiário de Preferência - titular de direito de preferência, na disputa da proposta, e direito de saneamento, na fase de habilitação, nas modalidades de concorrência e pregão, assim considerados:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme previsto na legislação específica, em especial a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

b) a cooperativa a esses equiparados, na forma do art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

c) o microempreendedor individual - MEI, previsto na Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2012.

2.1.2. Contratado- pessoa física, jurídica ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração Pública.

2.1.3. Entrega imediata - aquela com prazo de entrega até 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou do pedido ou ordem de fornecimento;

2.1.4. Licitantes: pessoas físicas e jurídicas que participam ou manifestam a intenção de participar do processo licitatório. Equipara-se a licitante, para os fins desta Licitação, o fornecedor ou prestador de serviço que, atendendo solicitação da Administração, oferece proposta.

2.1.5. Preços manifestamente inexequíveis: aqueles que os licitantes, após determinação da Administração, não comprovarem a sua viabilidade de execução.

03. DO OBJETO (Art. 40, I, Lei n.º 8.666/93)



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	95
Rubrica	

3.1 - O presente Pregão destina-se à aquisição de eletrodomésticos para o CAPS, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência.

04. DA AQUISIÇÃO

04.1 – Quando o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, será facultado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independente da comunicação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

04.2 – O Contratado deverá atender aos quantitativos e especificações de que trata a proposta apresentada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, assim como obedecer rigorosamente ao prazo de execução dos serviços.

04.3 – Na Nota Fiscal deverá constar à especificação e os valores unitários dos itens entregues.

04.4 – O adjudicatário é responsável pelos encargos de qualquer natureza oriundos da prestação de serviços, especificamente os de natureza previdenciária, tributária, trabalhista e comercial.

04.5. A empresa vencedora será convocada pela SECRETARIA Requisitante da Prefeitura Municipal de Maricá para, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a homologação**, comparecer no local que for indicado, para assinar o “Termo de Contrato” e dar início à execução do objeto.

04.6. O prazo para a assinatura do “Termo de Contrato” poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Maricá.

04.7. A não assinatura do “Termo de Contrato” pelo vencedor, dentro do prazo fixado, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Maricá, o impedirá de participar de novas licitações pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo das demais sanções previstas no **art. 81, da Lei Federal n.º 8.666/93**, assegurado o direito do contraditório da ampla defesa.

04.8. Deixando o licitante vencedor de assinar o “Termo de Contrato” no prazo estabelecido, é facultado a Prefeitura Municipal de Maricá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

04.9 – A CONTRATADA deve observar todas as disposições constantes do Termo de Referência.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	96
Rubrica	

04.10. Os itens ora licitados deverão ser entregues no prazo de 10 (dez) dias.

04.11 - Face ao disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93, em sua atual redação, as quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento).

04.12. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- a) provisoriamente, que se dará em 05 (cinco) dias após o fornecimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, decorrido o prazo de 05 (cinco) dias da emissão do Aceite Provisório.

04.12.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

04.12.2. Se dentro do prazo de 30 (trinta) dias não houver manifestação da Secretaria Requisitante acerca do recebimento definitivo, considerar-se á recebido o objeto definitivamente.

04.13 – O item entregue que apresentar defeito, vício, se revelar inadequado ou em desacordo com as especificações deverá ser substituído no prazo de até 05 (cinco), dias, contados da comunicação à contratada.

04.14 – A entrega dos objetos ora licitados será efetuada nas unidades de saúde descritas na Memória de Cálculo, agendado previamente de segunda à sexta-feira, das 9 às 16h.

CAPS I: CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE MARICA –

RUA EXPEDICIONARIO LUIZ MANOEL FERREIRA 53 CENTRO DE MARICA – RJ CEP 24900-000

CAPS AD: CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS MARICA.

RUA CLIMACO PEREIRA 259 CENTRO DE MARICA – RJ CEP 24900-000



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	97
Rubrica	

05 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

05.1. – Poderão participar deste Pregão as empresas:

- a) que estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;
- b) que atenderem às exigências constantes deste Edital e seus Anexos e que não tenham vedação explícita em lei;
- c) Que estejam enquadradas como Micro Empresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte- EPP, conforme disposições do art. 48, I, da LCP 123/06.

05.2. Na hipótese de não comparecimento de pelo menos 3 (três) empresas enquadradas como ME ou EPP, conforme disposto no Art. 49, II, da LCP 123/06, a totalidade do objeto licitado passará à ampla concorrência, participando tanto ME e/ou EPP como empresas assim não enquadradas.

05.2.1 – Não será admitida na licitação a participação de:

- a) licitantes suspensos temporariamente pelo governo municipal, nos termos do inciso III, do art. 87, da Lei nº 8.666/93;
- b) licitantes já incurso na pena do inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- c) mais de uma empresa sob controle acionário de um mesmo grupo jurídico;
- d) licitantes cujos dirigentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico seja servidor do MUNICÍPIO, de suas sociedades Para-Estatais, Fundações ou Autarquias, ou que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta.
- e) Estiverem em regime de recuperação judicial ou falência;

05.2.1.1 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

- a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	98
Rubrica	

- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- c) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

05.2.1.2 - É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o item “b”, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

05.2.1.3 - O disposto no item 05.2.1.1 não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

05.2.1.4 - Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item 05.2.1.1, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

05.2.1.5 - O disposto no item acima aplica-se aos membros da comissão de licitação.

05.2.2. Não será permitida a representação legal simultânea de mais de uma Licitante.

05.2.3. Não será permitida a participação de mais de uma Licitante sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

05.2.4. Não será permitida a participação de Licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Prefeitura da Cidade de Maricá ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias.

05.2.5. Não será permitida a participação de licitantes que tenham tomado parte na elaboração do projeto básico. Também é vedada a participação de empresas que possuam, em seu quadro técnico, profissional que tenha participado na elaboração do projeto básico, como autor ou colaborador.

05.2.6. Somente serão consideradas habilitadas a participar da presente licitação as empresas que entregarem os envelopes até o dia, hora e local determinado neste Edital e que atenderem integralmente as exigências documentais e específicas deste.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	99
Rubrica	

05.2.7. Não serão consideradas as propostas que não estiverem datadas e assinadas pelo representante legal da empresa e que não cumprirem as exigências do Edital quanto à colocação de carimbo contendo a razão social, C.N.P.J. e endereço, no caso de não apresentarem envelope padronizado.

05.2.8. As licitantes poderão ser representadas durante o processo licitatório através de seus representantes legais ou prepostos credenciados. Para tal credenciamento, o preposto deverá apresentar ao Presidente da Comissão Julgadora a carta de credenciamento, conforme modelo anexo, e a cópia autenticada do seu documento de identidade. A cópia poderá ser autenticada por membro da CPL à vista do original.

05.3 – A participação de cooperativa estará condicionada à comprovação, através de seu objeto social, de que não está inclusa na regra estabelecida pela Súmula 281 do TCU, e em respeito à Lei nº 12.690/2012.

06 – DO CREDENCIAMENTO

06.1.1 – A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

06.1.2 – O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá o mesmo apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

06.1.3 - Os beneficiários de preferência deverão apresentar no momento do Credenciamento, separadamente dos Envelopes de Proposta e Habilitação, o original ou cópia autenticada da Certidão Específica do Enquadramento ou documento equivalente emitidos nos termos da Legislação.

06.1.4 – No caso de apresentação de carta credenciando ou procuração para este fim, estas deverão ser acompanhadas dos Atos Constitutivos da empresa, para verificação quanto à competência do emissor dos referidos documentos, devendo os documentos comprobatórios serem apresentados por fora dos



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	100
Rubrica	

envelopes. A falta de credenciamento não inabilitará a licitante, apenas a impedirá de se manifestar no curso do processo licitatório.

06.1.5 – Caso o licitante queira deixar a cópia autenticada dos Atos constitutivos apresentada, para fins de credenciamento, na posse da Equipe de Apoio não será necessária à apresentação dos mesmos dentro do envelope de documentação.

06.1.6 – A licitante deverá também entregar juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, por fora do envelope, à declaração (Anexo II - A) de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

06.1.7 – É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

06.1.8 – Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos mencionados nesse item. A ausência desta documentação implicará, de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como da perda do direito de interpor eventual recurso das decisões do Pregoeiro, ficando o licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

06.1.9 – A procuração que não contenha prazo de validade especificado no próprio corpo será válida por 1 (um) ano, a contar da data de sua expedição.

07 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.1 A despesa com a presente aquisição correrá à conta do Programa de Trabalho n.º 20,20.02, 10.122.0013, 10.301.0004, 2.190, 2.157 Natureza da Despesa 44.90.52.0.00, 3.3.90.30.00.00, Fonte 202, 203, 206, 236.

07.2. O preço estimado para a presente licitação é de R\$ 189.139,98 (cento e oitenta e nove mil cento e trinta e nove reais e noventa e oito centavos).

08 – DAS PROPOSTAS E APRESENTAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93)

08.1 – Somente será aceita a Proposta que estiver preenchida em impresso original próprio ou modelo idêntico àquele fornecido pela CPL, desde que este contenha as informações solicitadas e atenda as seguintes condições:



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	101
Rubrica	

08.1.1 – A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, contendo, externamente, elementos que permitam a identificação do proponente e da licitação a que está concorrendo, vedado o recebimento do envelope fora do evento.

08.1.2 – A proposta deverá ser apresentada devidamente assinada, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas de qualquer natureza, e devidamente preenchida com os preços unitários e subtotal em algarismos.

08.1.3 - O preço unitário deverá também ser escrito por extenso, em folha anexa a proposta, visando elucidar possíveis dúvidas. O descumprimento desse subitem somente será causa de desclassificação se houver dúvida quanto ao valor expresso em algarismo.

08.2 – Em caso de divergência entre os preços apresentados em algarismos e por extenso será considerado o valor por extenso, desde que esteja compatível com a proposta – detalhe.

08.2.1 – Quando for verificado erro de soma, subtração, multiplicação ou divisão, o resultado corrigido será o considerado.

08.3 – Os licitantes deverão preencher o nome da empresa, o endereço, o número da Inscrição Estadual e/ou Municipal (conforme o caso), na primeira folha da Proposta, no local destinado para tal, datando, assinando todas as vias, bem como inserindo o carimbo do CNPJ, de modo legível, também em todas as vias.

08.4 – Os licitantes poderão apresentar carta em papel timbrado, anexada à proposta, com o objetivo de esclarecer fatos ligados à cotação apresentada, ficando a critério do Pregoeiro considerar ou não, como subsídio, para instrução processual.

08.5 – A proposta deverá ser preenchida com todos os elementos solicitados.

08.6 – O prazo de validade das propostas será de 120 (cento e vinte) dias.

09 – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

09.1 – A Sessão para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e a Habilitação será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o Decreto Municipal Competente, e, ainda, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinados.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	102
Rubrica	

09.2 – No local, data e hora previstos neste Edital, os licitantes apresentarão suas propostas/documentos em envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, designados respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

I – ENVELOPE “A” – PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

PREGÃO PRESENCIAL N.º. ___/2018

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

II – ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

PREGÃO PRESENCIAL N.º. ___/2018

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

09.3 – Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro e recebidos os envelopes, não mais serão admitidos novos licitantes.

09.4 - Os envelopes poderão ser entregues diretamente por representante da licitante na abertura da Sessão pública, por correio ou por qualquer outro serviço de entrega, não se responsabilizando a CPL pelo não recebimento ou pelo atraso no recebimento dos envelopes enviados por correio outro serviço de entrega.

10 – DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93)

10.1 – Será exigida dos interessados a seguinte documentação (em envelope lacrado contendo, externamente, elementos que permitam a identificação do proponente e da licitação a que está concorrendo):

- I – documentação relativa à habilitação jurídica;
- II – documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- III – documentação relativa à qualificação técnica;
- IV – documentação relativa à regularidade fiscal;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	103
Rubrica	

V - Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93);

VI - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de atendimento aos requisitos de Habilitação, conforme inciso VII, do art. 4º, da Lei n.º 10.520/02 (modelo em anexo), de forma avulsa.

VII - Declaração referente ao art. 9º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS: A declaração do item VI deverá ser entregue ao Pregoeiro, juntamente com o credenciamento/procuração e o Ato Constitutivo da empresa (subitens A1, A2, A3 ou A4, conforme o caso), de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes.

A – HABILITAÇÃO JURÍDICA

Conforme o caso, consistirá em:

A.1 - cédula de identidade;

A.2 - registro comercial, no caso de empresa individual;

A.3 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

A.4 - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

A.5 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Nota: Os licitantes ficam eximidos da apresentação do documento constitutivo (contrato social, estatuto etc.) exigido neste item, se os mesmos foram apresentados no ato de credenciamento, salientado que, para tanto deverão ter sido apresentados em original ou



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	104
Rubrica	

cópia, de acordo com o preceito do *caput* do Artigo 32 da Lei Federal n 8.666 / 1993 e posteriores alterações.

Nota 2: Conforme Resolução CGSIM nº 16/2009, para o MEI – Empresário Individual, onde há a exigência de apresentação do contrato social, este será substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI e para fins de comprovação da Qualificação Econômica – Financeira será aceita a apresentação da Declaração Anual do Microempreendedor Individual / Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) em substituição a exigência do Balanço Patrimonial.

B – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante a obtenção dos índices econômicos previstos na alínea "b.2" deste subitem.

b.1) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.1.1) Sociedades regidas pela Lei nº 11.638/07 (Sociedade Anônima): publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.2) Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA): por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”: por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em órgão equivalente ou por fotocópia do balanço e das demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	105
Rubrica	

b.1.4) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.5) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou Técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), na forma prevista no art. 25 da Lei nº 9.295/46, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.249/10, e na forma da Resolução nº 560/83 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo certo que os Técnicos acima referidos deverão promover o competente registro até a data de 15/06/15, na forma da lei vigente.

b.1.6) As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº787, de 19 de novembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital-ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o Balanço Patrimonial e os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art.2º da citada Instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade Credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas - Brasileiras-ICP-Brasil) nos termos da IN-RFB nº926, de 11 de março de 2009.

b.2) o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} = \geq 1,0$$

b.2.1) A fórmula deverá estar devidamente aplicada em memorial de cálculos juntado ao Balanço apresentado pelo licitante. Caso o memorial não seja apresentado, o Pregoeiro reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

b.2.2) A empresa licitante que apresentar resultado Menor que um no Índice de Liquidez Geral (ILG) poderá comprovar a capacidade econômico-financeira de empresa através da demonstração de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor máximo total mensal estimado para a licitação.

b.3) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante. No caso de a sede se encontrar na Comarca do Rio de Janeiro - RJ deverão as certidões ser expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	106
Rubrica	

do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas ou recuperação judicial.

C – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

C.1 – Declaração de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

C.2 - As licitantes deverão comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

D – REGULARIDADE FISCAL

D.1 – Cartão de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso.

D.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, ou ambos, dependendo do seu ramo de atividade.

D.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Federal feita por meio da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda, na forma do que dispõe a regulamentação federal sobre a matéria. Portaria Conjunta PGFN/SRF n.º 03/2005, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.

D.4 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual feita por meio de apresentação de Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa ou Certidão para não Contribuinte do ICMS (quando emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, da Certidão Negativa de Débito com a Dívida



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	107
Rubrica	

Ativa Estadual emitida pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Resolução do Órgão, mesmo quando for apresentada CERTIDÃO PARA NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS, conforme determina a Resolução Conjunta PGE/SER n.º 33, de 24 de novembro de 2004).

D.5 – Em relação à regularidade fiscal municipal: para todos os licitantes sediados no Município de Maricá: a) certidão negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá; ou b) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá. Para os licitantes que não possuam qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município: a) certidão negativa de débitos municipais, expedida pelo Município de sua Sede; ou b) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais. Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro mobiliário do Município de Maricá: a) certidão negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá; b) certidão negativa de débitos municipais, expedida pelo Município de sua Sede, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais de sua Sede.

D.6 – Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia e Tempo de Serviço (FGTS).

D.7 – Prova de Regularidade Trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de débitos trabalhistas, conforme o disposto no art. 642-A, § 2º da CLT.

10.2 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou serem autenticados a vista do original por servidor público dos quadros da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

10.2.1 – Os documentos que serão autenticados por membros da Comissão Permanente de Licitação deverão ser apresentados em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para a abertura dos envelopes, evitando assim, situações que atrasem o procedimento do Certame.

10.2.2 – Os referidos documentos poderão, ainda, ser autenticados por qualquer servidor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, na forma da lei, caso em que não será necessário a antecedência citada no subitem 10.2.1.

10.2.3 - Se os certificados e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento e nem registrados em legislação específica, ser-lhes-á atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	108
Rubrica	

10.3 - A apresentação do Certificado de Cadastro **NÃO** isentará o licitante de apresentar dentro do envelope de documentação os documentos listados na Habilitação Jurídica e na Regularidade Fiscal, ainda que as referidas certidões estejam na validade na data de entrega dos envelopes.

10.4 – As documentações solicitadas deverão ser apresentadas na sessão de licitação obedecendo a ordem descrita no edital e numerada.

11 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (Art. 40, VII e X, Lei N.º 8.666/93)

11.1 – No local, dia e hora previstos neste edital, em Sessão pública deverão comparecer os licitantes, com os envelopes contendo a Documentação para Habilitação (B) e a Proposta de Preços (A), assim como, com declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação de forma avulsa.

11.2 – Após o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a consequente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

11.3 – Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances verbais, o autor da proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço.

11.4 – Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas nas condições definidas no subitem 11.3 o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

11.5 – No caso de duas ou mais propostas apresentarem valores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

11.6 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sob pena de exclusão do certame.

11.7 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

11.8 – Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

11.9 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	109
Rubrica	

11.10 – O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, e decidirá motivadamente a respeito.

11.11 – A licitante classificada por apresentar o Menor Preço no certame, só será declarada vencedora, depois de verificadas as demais exigências deste Edital.

11.12 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o valor referente ao objeto deste Edital.

11.13 – O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e ser formalizada em ata.

11.14 – Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

11.15 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

11.16 – O licitante vencedor ao término do certame deverá apresentar nova proposta formal (por escrito), com os valores obtidos após os lances verbais.

11.16.1 – A proposta final do licitante vencedor, não poderá ser superior ao valor estimado para a presente licitação.

11.17 – Os preços estabelecidos pela empresa para pagamento deverão considerar os custos na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao objeto desta licitação.

11.18 – Com relação as Micro-Empresas e Empresas de Pequeno Porte serão observadas as regras estabelecidas nos art. 42 a 49, da Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014.

12. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 - Selecionada a Proposta de melhor preço ou encerrada a fase de lances, o Pregoeiro verificará a existência de licitante presente e credenciado com direito de preferência. Existindo beneficiário e se o valor da respectiva Proposta de Preços estiver no intervalo de até 5%(cinco por cento) superior ao



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	110
Rubrica	

preço da Proposta classificada em primeiro lugar ser-lhe-á permitido apresentar preço inferior ao da Proposta classificada.

12.2 - A não apresentação de preço pelo licitante beneficiário de preferência implicará na decadência do direito conferido pela Legislação e, havendo outros licitantes beneficiários o Pregoeiro os convocará, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

12.3 - Na hipótese de não haver oferta de preço pelos beneficiários de preferência concorrentes desta licitação, o Pregoeiro dará continuidade ao Pregão com a Proposta de Preços originalmente classificada em primeiro lugar, procedendo à abertura dos documentos de sua habilitação.

12.4 - Os beneficiários do direito de preferência, na fase da Habilitação, deverão apresentar todos os documentos exigidos no Edital para efeito de comprovação da Regularidade Fiscal, mesmo que estes documentos apresentem alguma restrição, consoante dispõe o art.43 da Lei Complementar nº123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

12.5 - Sendo o licitante beneficiário do direito de preferência, na fase do exame dos documentos de habilitação será observado o direito de saneamento quanto à regularidade perante às Fazendas, INSS, FGTS e Justiça Trabalhista, previsto na lei. Havendo irregularidades nos documentos apresentados, o Pregoeiro concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação apresentada de forma irregular pelo licitante beneficiário de preferência.

12.5.1. - O não atendimento da regularidade dos documentos no prazo estabelecido no subitem 12.4. implicará a inabilitação do licitante.

13 – DOS RECURSOS

13.1 – Durante a realização do Certame os recursos se darão da seguinte forma:

13.1.1 – O licitante deverá registrar em ata a síntese das suas razões, sob pena de perda do direito de recorrer, devendo obrigatoriamente apresentá-las por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis, forma da Lei do Pregão.

13.1.2 – O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo;

13.1.3 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	111
Rubrica	

13.1.4 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, através do Pregoeiro e equipe de apoio, na cidade de Maricá.

13.1.5 - Interposto o recurso os demais licitantes estarão desde logo intimados para apresenta contra-razões, no prazo de até 3 (três) dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.2 – Caberão ainda os seguintes recursos:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato:

- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- c) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I, do art. 79, da Lei n.º 8.666/93;
- d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

II – representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

13.2.1 – A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a" e "c", deste item, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e no inciso II, será feita mediante publicação na imprensa oficial.

13.2.2 – Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2.3 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade

13.2.4 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

13.3 – Para que sejam asseguradas as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, será aceito o encaminhamento de recurso, tempestivamente, para o e-mail maricacpl@gmail.com que será impresso e gerará um processo administrativo. Até o julgamento do referido recurso deve o Recorrente encaminhar original, devidamente assinado pelo Responsável da empresa, para que seja apensado aos autos do Recurso, sob pena de indeferimento do mesmo.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	112
Rubrica	

14 – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO (Art. 40, II, Lei n.º 8.666/93)

14.1. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

14.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

14.1.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

14.1.3. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15 – DAS PENALIDADES (Art. 40, III, Lei n.º 8.666/93)

15.1 A inexecução do fornecimento, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da total do CONTRATO, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	113
Rubrica	

c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7.º da Lei Federal n.º10.520/02.

15.2 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

15.3 - A sanção prevista nas alíneas b, c e d do item 15.1, poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra.

15.4 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.5 - A aplicação das sanções previstas neste item deverão ser aplicadas pela Autoridade, observadas as disposições do Decreto Municipal n.º 158/2018.

15.6 - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

15.7 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

15.8 – A multa prevista no item 15.1 não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	114
Rubrica	

15.9 – Os valores devem ser recolhidos a favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a PMM descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

15.10 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

16 – DA IMPUGNAÇÃO

16.1 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 10.520/02 e da Lei n.º 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de proposta de preço/habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da lei supracitada.

16.2 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas. Após esse prazo, a comunicação de falhas ou irregularidades que viciariam este edital, não terá efeito de recurso.

16.3 – A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

16.4 – A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

16.5 – As impugnações interpostas deverão ser protocoladas junto a Comissão Permanente de Licitação, que fornecerá ao licitante recorrente o número do processo administrativo, gerado para julgamento da impugnação, para que o recorrente acompanhe o trâmite processual.

17 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

17.1. Uma vez proferido o julgamento pela Comissão, decorrido *in albis* o prazo recursal, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo à Autoridade Superior para adjudicação e homologação.

17.2. Até a data da assinatura do Contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer participante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquele cuja situação econômico-



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	115
Rubrica	

financeira tenha se alterado após o início do processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

17.3 - Nos termos do art. 62 da Lei n.º 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

18 – DO PAGAMENTO (Art. 40, XIV, Lei n.º 8.666/93)

18.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do “Termo de Contrato”.

18.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

18.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 158/2018.

18.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da efetiva prestação do serviço mensal, data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra “a”, do inciso XIV, do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

18.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

18.3.3. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

18.3.4 O pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Chefe do Executivo, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da CONTRATADA dirigido ao Gabinete do Prefeito.

18.3.5 Caso o Município antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	116
Rubrica	

18.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes, após o prazo citado, só poderão ocorrer em periodicidade anual, conforme variação do IGP-M, levando em consideração a data base estipulada na proposta.

18.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 40, VIII, Lei n.º 8.666/93)

19.1 - A Licitação a que se refere este Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato devidamente comprovado, ou anulada, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses motivos, ressalvado o disposto no Parágrafo Único, do art. 59 da Lei n.º 8.666/93, no último caso.

19.2 - Ocorrendo decretação de feriado, ponto facultativo ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste Certame na data marcada, ficará o mesmo automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso do Pregoeiro e Equipe de Apoio em contrário.

19.3 – O Edital e seus anexos, assim como maiores informações e esclarecimentos de dúvidas de interpretação deste Edital, poderão ser obtidas e dirimidas perante o Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, até um dia útil antes da realização do Certame.

19.3.1 – Os interessados em retirar o Edital deverão entregar CD-RW (virgem) à Comissão Permanente de Licitação.

19.3.2 - Informações e esclarecimentos relativos à Licitação devem ser adquiridas junto à Comissão Permanente de Licitação, situado na Rua Álvares de Castro, n.º 346, 2º andar, no horário de 9:00 às 17:00, ou pelo telefone 2637-2052, ou maricacpl@gmail.com

19.4 - Se os certificados e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento e nem registrados em legislação específica, ser-lhes-á atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

19.5 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Portanto, a constatação, a qualquer tempo, de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	117
Rubrica	

adulteração ou falsificação dos documentos apresentados, ensejará, após regular processo administrativo, a adoção imediata da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo período de até 02 (dois) anos, independentemente das demais sanções previstas em Lei.

19.6 – Considerar-se-á domicílio ou sede da licitante o lugar onde esta mantém seu estabelecimento matriz.

19.7 – As licitantes devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes do presente Edital e seus Anexos, não podendo alegar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto às condições estabelecidas, como elementos impeditivos ao perfeito cumprimento do contrato.

19.8 – É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.9 – Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ** responsabilidade por qualquer custo, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.10 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro ou pela Autoridade superior.

19.11 – O proponente que vier a ser vencedor do certame, se contratado, ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.12 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato e do fiel cumprimento da lei.

19.13 – A critério do Pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o atendimento das propostas.

19.14 – As disposições estabelecidas neste edital poderão ser alteradas, observadas as disposições do artigo 21, da Lei nº 8.666/93.

19.15 – O recebimento dos envelopes não gera nenhum direito para a licitante perante a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	118
Rubrica	

19.16 – As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após a sua homologação e adjudicação pelo Secretário Requisitante.

19.17 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

19.18 – Fica assegurado à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ** sem que caiba aos licitantes indenização:

19.18.1 – adiar a data da abertura da presente licitação, dando disso conhecimento aos interessados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, exceto em Caso Fortuito ou de Força Maior, quando o prazo citado não será observado.

19.19 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos, ou ainda, quanto à formulação das propostas, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro.

19.20 – Os prazos previstos neste Edital serão contados conforme artigo 110 da Lei nº 8.666/93.

19.21 – As empresas que não obedecerem, rigorosamente, as exigências do Edital, serão inabilitadas/desclassificadas, ressalvadas as hipóteses de vícios de menor complexidade sanáveis conforme o caso.

19.22 – A participação das empresas interessadas nesta licitação, implicará no total conhecimento das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Municipal competente e demais normas pertinentes à espécie, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, tendo sua decisão ratificada pela Autoridade superior através da Homologação.

19.24 – No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

19.25 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo os licitantes retirá-los até 05 (cinco) dias após a



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	119
Rubrica	

publicação do extrato do contrato no Jornal Oficial do Município, sob pena de inutilização dos documentos contidos.

19.26 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio.

19.27 - Não será permitida a subcontratação, tendo em vista não ter havido solicitação expressa da Secretaria Requisitante.

19.28 – É vedada a substituição do representante da empresa junto a Comissão Permanente de Licitação em qualquer fase da licitação a não ser em caso de força maior devidamente comprovado.

19.29 – A empresa deve obrigatoriamente, de acordo com o art. 7º, da Lei n.º 8.666/93, cumprir o determinado no projeto básico/termo de referência e memorial descritivo assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

19.30 – Constituem anexos deste Edital:

ANEXO I:

A – Planilha de Valores e Quantitativos e Unitários

B - Propostas-Detalhe

ANEXO II – Modelo de Declarações:

A- Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação

B- Carta de Credenciamento para participar de licitações

C- Modelo de Declaração para fins do disposto do inciso V do Artigo 27 da Lei n° 8.666/93

D- Modelo de Declaração referente ao art. 9º da Lei n.º 8.666/93.

E- Modelo de declaração de que recebeu todos os documentos e informações necessários para participar da licitação.

ANEXO III:

A- Termo de Referência da Secretaria



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	120
Rubrica	

ANEXO IV:

Minuta do Contrato

20 – DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 – A empresa vencedora deverá obrigatoriamente, de acordo com o art. 7º, da Lei n.º 8.666/93, cumprir o determinado no Projeto Básico/Termo de Referência, assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

20.2 - Se houver divergência entre o Termo de Referência e o Edital, deverá ser considerada a cláusula do edital.

21- FORO

21.1 - Fica eleito o foro do Município de Maricá para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas da execução desta licitação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maricá, de _____ de 2018.

SIMONE DA COSTA DA SILVA MASSA

Secretária de Saúde

1814

1889

MARICÁ



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	121
Rubrica	

ANEXO I

A - PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS UNITÁRIOS

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	GELADEIRA/REFRIGERADOR	unidades	3	R\$ 1.450,00	R\$ 4.350,00
02	FOGÃO	unidades	2	R\$ 869,99	R\$ 1.739,98
03	FORNO DE MICROONDAS	unidades	2	R\$ 480,00	R\$ 960,00
04	MESA PARA REFETÓRIO	unidades	20	R\$ 900,00	R\$ 18.000,00
05	CADEIRA	unidades	8	R\$ 90,00	R\$ 720,00
06	BEBEDOURO INDUSTRIAL	unidades	1	R\$ 760,00	R\$ 760,00
07	ARMÁRIO	unidades	14	R\$ 700,00	R\$ 9.800,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	122
Rubrica	

08	MESA DE ESCRITÓRIO	unidades	9	R\$ 360,00	R\$ 3.240,00
09	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX)	unidades	3	R\$ 3.300,00	R\$ 9.900,00
10	COMPUTADOR	unidades	5	R\$ 3.500,00	R\$ 17.500,00
11	MESA DE EXAMES	unidades	4	R\$ 1.350,00	R\$ 5.400,00
12	CARRO DE CURATIVOS	unidades	4	R\$ 1.400,00	R\$ 5.600,00
13	ESTETOSCÓPIO ADULTO	unidades	16	R\$ 170,00	R\$ 2.720,00
14	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA	unidades	3	R\$ 500,00	R\$ 1.500,00
15	CADEIRA DE RODAS ADULTO	unidades	5	R\$ 1.100,00	R\$ 5.500,00
16	ARMÁRIO	unidades	9	R\$ 700,00	R\$ 6.300,00
17	CARRO DE EMERGÊNCIA	unidades	2	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00
18	GLICOSÍMETRO DIGITAL	unidades	15	R\$ 80,00	R\$ 1.200,00
19	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO	unidades	16	R\$ 170,00	R\$ 2.720,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	123
Rubrica	

20	MÁQUINA DE SOLDA MIG MAG	unidades	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
21	MÁQUINA CHANFRADEIRA	unidades	2	R\$ 6.200,00	R\$ 12.400,00
22	ARMÁRIO	unidades	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
23	MÁQUINA DE COSTURA ZIG ZAG	unidades	5	R\$ 2.500,00	R\$ 12.500,00
24	APARELHO DE SOM	unidades	2	R\$ 250,00	R\$ 500,00
25	SOFÁ CAMA HOSPITALAR	unidades	3	R\$ 2.000,00	R\$ 6.000,00
26	TELEVISOR	unidades	2	R\$ 1.640,00	R\$ 3.280,00
27	BANQUETA DOBRÁVEL	unidades	80	R\$ 90,00	R\$ 7.200,00
28	BANQUETA	unidades	20	R\$ 500,00	R\$ 10.000,00
29	MORSA PARA FURADEIRA DE BANCADA	unidades	3	R\$ 250,00	R\$ 750,00
30	FURADEIRA ELÉTRICA DE BANCADA	unidades	3	R\$ 900,00	R\$ 2.700,00
31	MOTO ESMERIL	unidades	2	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	124
Rubrica	

32	PARAFUSADEIRA PNEUMÁTICA MANUAL	unidades	1	R\$ 1.900,00	R\$ 1.900,00
VALOR TOTAL				R\$ 189.139,98	

B - PROPOSTA-DETALHE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Comissão Permanente de Licitação

PROPOSTA DETALHE

PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2018 SMS

A Realizar-se em

Processo:

A firma ao lado mencionada propõe Prestar Serviço ao Município de Maricá, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL n.º 33/2018 SMS

CARIMBO DO CNPJ

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
01	GELADEIRA/REFRIGERADOR – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	3			
02	FOGÃO – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	2			
03	FORNO DE MICROONDAS – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	2			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	125
Rubrica	

04	MESA PARA REFETÓRIO – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	20			
05	CADEIRA – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	8			
06	BEBEDOURO INDUSTRIAL – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	1			
07	ARMÁRIO – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	14			
08	MESA DE ESCRITÓRIO – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	9			
09	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX) – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	3			
10	COMPUTADOR – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	5			
11	MESA DE EXAMES – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	4			
12	CARRO DE CURATIVOS – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	4			
13	ESTETOSCÓPIO ADULTO – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	16			
14	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	3			
15	CADEIRA DE RODAS ADULTO – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	5			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	126
Rubrica	

16	ARMÁRIO – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	9			
17	CARRO DE EMERGÊNCIA – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	2			
18	GLICOSÍMETRO DIGITAL – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	15			
19	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	16			
20	MÁQUINA DE SOLDA MIG MAG – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	1			
21	MÁQUINA CHANFRADEIRA – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	2			
22	ARMÁRIO – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	10			
23	MÁQUINA DE COSTURA ZIG ZAG – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	5			
24	APARELHO DE SOM – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	2			
25	SOFÁ CAMA HOSPITALAR – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	3			
26	TELEVISOR – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	2			
27	BANQUETA DOBRÁVEL – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	80			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	127
Rubrica	

28	BANQUETA – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	20			
29	MORSA PARA FURADEIRA DE BANCADA – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	3			
30	FURADEIRA ELÉTRICA DE BANCADA – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	3			
31	MOTO ESMERIL – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	2			
32	PARAFUSADEIRA PNEUMÁTICA MANUAL – Especificação de Acordo com Termo de Referência.	unidades	1			
VALOR TOTAL						

OBS: No dia marcado para o certame a empresa participante deve trazer dentro do envelope de Proposta de Preços uma via da Proposta impressa e um CD-RW contendo arquivo do Word e Excel com a Proposta devidamente preenchida, em teor igual ao da impressa.

OBS: Deve ser colocada na Proposta a marca do produto ofertado, acarretando à ausência de tal informação a desclassificação da proposta.

OBS: As propostas devem, obrigatoriamente, estar acompanhadas da Planilha de Detalhamento de Custos Unitários, com a indicação da respectiva data-base (mês/ano).

Em, ____ de _____ de 2018.

Nº de Inscrição Municipal ou
Estadual

Firma Proponente (Assinatura)



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	128
Rubrica	

ANEXO II - DECLARAÇÕES

A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Licitação na modalidade pregão nº ____/2018

A (empresa licitante), inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal no 10,520, de 17 de julho de 2002, DECLARA que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação da licitação na modalidade pregão referida em epígrafe.

Local, em ____ de _____ de _____

(representante legal)



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	129
Rubrica	

Observações:

- 1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.
- 2 – Esta declaração deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).

B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° ____/2018
CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

(local), de de 2018

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ – RJ

Ao Pregoeiro,

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade n° _____, expedida em ___/___/___ e CPF n° _____, para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ n° _____, no Pregão n° ____/____, a ser realizada em ___/___/___, nessa Prefeitura, às ___ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lance de preços, prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los.

Atenciosamente,



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	130
Rubrica	

Assinatura do representante legal

Observações:

- 1 – A carta de Credenciamento deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, assinada pelo seu representante legal, com poderes para constituir mandatário.
- 2 – Esta Carta deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).

C - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ARTIGO 27 DA LEI Nº 8.666/93

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre (assinalar com “x”, conforme o caso):

() não emprega menor de dezesseis anos.

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local, em ____ de ____ de ____

(representante legal)

OBSERVAÇÕES:



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	131
Rubrica	

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

D - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO ARTIGO 9º DA LEI Nº 8.666/93

A (empresa licitante), inscrito no CNPJ nº....., bem como seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, **DECLARAM não ser:**

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II – no caso de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo;

III - no caso da empresa, isoladamente ou em consórcio, ser a autora do projeto, dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

IV - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Local, em ____ de _____ de ____

(representante legal)



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	132
Rubrica	

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

E - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE RECEBEU TODOS OS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada
_____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que
recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento
de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Local e data

_____ assinatura do representante legal

Observações:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	133
Rubrica	

ANEXO III

A - Termo de Referência

1. OBJETO

O objeto a ser executado consiste na Estruturação das Unidades dos centros de atenção psicossociais do Município de Maricá, através da contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais Permanentes e eletrodomésticos.

2. OBJETIVO GERAL

São objetivos do projeto:

- Atender as necessidades clínicas dos pacientes e do corpo médico no âmbito dos centros e Atendimentos psicossociais;
- Melhorar os serviços oferecidos nas Unidades visando o bem estar dos pacientes;
- Assegurar a acessibilidade e o acolhimento digno na rede de atendimento;
- Execução do Convênio referente à Proposta nº 04311.955000/1177-03 – Recurso de Emenda Parlamentar

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 3.1. Equipar adequadamente as Unidades garantindo a qualidade dos serviços;
- 3.2. Disponibilizar equipamentos e materiais adequados para o desenvolvimento das ações proporcionando ambientes e serviços que atendam aos anseios dos usuários;
- 3.3. Promover o acesso com qualidade aos serviços ofertados;
- 3.4. Ofertar atendimento humanizado aos usuários dos serviços públicos de saúde;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	134
Rubrica	

- 3.5. Aperfeiçoar as condições de trabalho dos profissionais de saúde refletindo dessa forma na ampliação da capacidade de atendimento;
- 3.6. Promover o cuidado integral direcionado às necessidades de saúde da população.

4. JUSTIFICATIVA

Caracterizada por um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo Os centros de atenção psicossociais que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação da saúde e autonomia das pessoas. O **CAPS** e o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde.

Sabendo que as unidades dos centros de atenção psicossociais (CAPS) desempenham um papel central na garantia de acesso aos serviços públicos de saúde, o presente projeto visa promover a melhoria na oferta dos serviços, através da aquisição de equipamentos e materiais permanentes que atendam as necessidades clínicas da população e o aperfeiçoamento das condições de trabalho dos profissionais que integram a rede DO CAPSI E DO CAPSAD.

Diante dos fatos e da necessidade de ofertar um serviço de saúde que atente para a prevenção e o tratamento de doenças e agravos psicossociais, a estruturação dos CAPS garante a promoção da qualidade de vida, considerando a prevenção da integridade física, mental e social, ou seja, um completo bem estar biopsicossocial.

A atenção primária ministrada nos centros de apoio psicossociais e o primeiro nível de atenção em saúde, desenvolvida próxima da vida das pessoas, deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e o centro de atenção CAPS I com toda a Rede de Atenção a Saúde. Por isso, é fundamental dotar as unidades citadas no presente processo, de infraestrutura necessária ao atendimento integral da população, em conformidades com os princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	135
Rubrica	

5. METAS

5.1. – Dotar as Unidades do **CAPS I, E DO CAPS AD** do Município de Maricá, com os equipamentos e materiais adequados ao conjunto de ações propostas pelo Sistema Único de Saúde – SUS;

5.2. – Ofertar atendimento médico de qualidade no âmbito dos serviços de atenção psicossociais;

5.3 – Assegurar a saúde e o bem estar da população com assistência psicológica integral e contínua e a garantia de acesso ao apoio diagnóstico e laboratorial;

5.4 – ESTRUTURAR COM TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS AS UNIDADES DO CAPSI E CAPS AD, DE SAÚDE contempladas nesses termos de referência, nos locais definidos na proposta de aquisição de equipamento/material permanente aprovada pelo ente Concedente - Ministério da Saúde / Fundo Nacional de Saúde.

6. PÚBLICO ALVO

Equipe profissional e usuários dos serviços da Rede de Atenção PISICOSSOCIAL de marica.

7. METODOLOGIA

O projeto consiste nas etapas a seguir para alcançar o conjunto dos objetivos propostos:

7.1 – DA AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

O projeto prevê a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de eletrodomésticos para a estruturação das Unidades do CAPS I e do CAPS AD, conforme descrito no termo de referência.

Para a estruturação das Unidades, serão observados os seguintes procedimentos:

7.1.1 – Formação de equipe responsável pela aquisição;

7.1.2 – Especificação e detalhamento dos eletrodomésticos a serem adquiridos;

7.1.3 – Acompanhamento do processo de aquisição e o andamento do pedido junto ao fornecedor;

7.1.4 – Programação para o recebimento e conferência dos eletrodomésticos;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	136
Rubrica	

8. AVALIAÇÃO

O acompanhamento e avaliação do cumprimento do objeto do termo de referência serão de responsabilidade da equipe técnica a ser definida pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.1. FASES DE EXECUÇÃO

AÇÃO/MES	1	2	3	4
Formação de Comissão fiscalizadora do contrato.	x			
Aquisição dos eletrodomésticos.		X	x	
Inspeção de recebimento e aceitação dos eletrodomésticos.		X	X	
Registro dos eletrodomésticos no setor de patrimônio da SMS.			X	
Entrega dos eletrodomésticos pelo fornecedor ou representante autorizado, nas Unidades Básicas de Saúde.			x	
Elaboração de relatório de cumprimento de objeto emitido pela comissão fiscalizadora do contrato				x

8.1.1 - Fase 1 – FORMAÇÃO DE COMISSÃO FISCALIZADORA DO CONTRATO

A Prefeitura Municipal de Maricá, por meio da Secretaria Municipal de Saúde instituirá comissão fiscalizadora do contrato a fim de acompanhar a execução das etapas pactuadas no Plano de Trabalho aprovado pelo Fundo Nacional de Saúde.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	137
Rubrica	

8.1.2- Fase 2 – AQUISIÇÃO DOS ELETRODOMÉSTICOS

A aquisição dos eletrodomésticos será realizada através de licitação na modalidade pregão presencial, observando-se a especificação dos itens conforme descrição contida no Termo de Referência.

8.1.3 - Fase 3 - INSPEÇÃO DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS ELETRODOMÉSTICOS

O setor responsável pelo recebimento juntamente com a comissão fiscalizadora do contrato, deverá estar ciente da data e hora da entrega, bem como das especificações dos mobiliários constantes no termo de referência/contrato. Deverão ser conferidos os mobiliários recebidos, e a compatibilidade com as especificações técnicas do edital. Deverão ainda, realizar testes de inspeção técnica dos mobiliários adquiridos.

8.1.4- Fase 4 – REGISTRO DOS ELETRODOMÉSTICOS NO SETOR DE PATRIMÔNIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Os eletrodomésticos adquiridos deverão ser registrados no setor de patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, identificados com plaquetas conforme informações extraídas da ficha patrimonial emitida pelo setor de registro.

8.1.5 - Fase 5 – ENTREGA DOS ELETRODOMÉSTICOS PELO FORNECEDOR OU REPRESENTANTE AUTORIZADO, NAS UNIDADES DO CAPS I E DO CAPS AD.

Após aceitação dos eletrodomésticos, será procedida a entrega pelo fornecedor ou representante autorizado, nas Unidades indicadas neste termo de referência.

8.1.6 - Fase 6 – ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DE OBJETO EMITIDO PELA COMISSÃO FISCALIZADORA DO CONTRATO.

A equipe indicada para compor a comissão fiscalizadora do objeto do contrato, deverá ao final da execução, apresentar relatório gerencial circunstanciado composto por registros fotográficos, com a exposição dos fatos apurados durante o processo de aquisição até a entrega dos mobiliários, bem como a informação de eventuais intercorrências observadas.

9. GRADE DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS MATERIAIS PERMANENTES.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	138
Rubrica	

9.1 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES CAPS "I" E CAPS "AD".

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS			
Item	Equipamento	Especificação	QTD
1	GELADEIRA/REFRIGERADOR	GELADEIRA/REFRIGERADOR: CAPACIDADE DE 280 LITROS 1 PORTA, 110v, DEGELO AUTOMÁTICO	3
2	FOGÃO	FOGÃO 4 BOCAS, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, COR BRANCA, BIVOLT -	2
3	FORNO DE MICROONDAS	FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS - COR BRANCA - 110V - TRAVA DE SEGURANÇA	2
4	MESA PARA REFEITÓRIO	MESA PARA REFEITÓRIO ASSENTO FIXO COM 6 LUGARES - TAMPO EM MDF 30MM - ACABAMENTO EM FÓRMICA NA COR BRANCA - MEDINDO 1,80X0,80X0,75, COM BORDA EM PVC	20
5	CADEIRA	CADEIRA: EM AÇO/FERRO PINTURA ELETROESTÁTICA, COR PRETA E ASSENTO/ENCOSTO EM POLIPROPILENO	8
6	BEBEDOURO INDUSTRIAL	Bebedouro inox coluna Termostato: Com regulagem de temperatura Material: Inox Voltagem: 220v Refrigeração: Compressor gás R134A Motor 1/10 Hp potência Aparador: Em inox c/ dreno (saída) esgoto Capacidade: 20L 1 Filtro com refil de carvão ativado	1
7	ARMÁRIO	ARMÁRIO DE AÇO entre 1.800 x 700 com: Quatro prateleiras reguláveis Duas portas com maçaneta e fechadura com chave Pé nivelador: 30mm Chapa: 24 Pintura texturizada Sapatas e porcas rebites de aço para suporte dos pés niveladores Estampa que permite ventilação Na cor cinza ou azul	14
8	MESA DE ESCRITÓRIO	MESA 120x60x75 EM MATERIAL MDP 15MM, ESTRUTURA DOS PÉS EM FERRO PINTURA EPÓXI, COM MADEIRA NO MEIO ENTRE OS FERROS. COM 2 GAVETAS COM CHAVE	9
9	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX)	Tecnologia: Laser; Padrão de Cor: Monocromático; Tipo: Multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax); Memória: 64 MB; Resolução de Impressão: 1200 x 1200 dpi; Resolução de Digitalização: 1200 x 1200; Resolução de Cópia: 600 x 600; Velocidade de Impressão: 30 ppm; Capacidade da Bandeja: 500 páginas; Ciclo Mensal: 75.000 páginas; Fax; Tensão de alimentação de 110 a 127VCA(+/- 10%), 50/60 Hz(+/- 2 Hz) USB e Rede; Interface USB com respectivo cabo de conexão	3



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	139
Rubrica	

10	COMPUTADOR	<p>ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; COMPUTADOR DESKTOP COM PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL CORE I3 OU AMD A10 OU SIMILAR; POSSUIR 1 (UM) DISCO RÍGIDO DE 500 GIGABYTE; MEMÓRIA RAM DE 08 (OITO) GIGABYTES, EM 02 (DOIS) MÓDULOS IDÊNTICOS DE 04 (QUATRO) GIGABYTES CADA, DO TIPO SDRAM DDR4 2.133 MHZ OU SUPERIOR, OPERANDO EM MODALIDADE DUAL CHANNEL; A PLACA PRINCIPAL DEVE TER ARQUITETURA ATX, MICROATX, BTX OU MICROBTX, CONFORME PADRÕES ESTABELECIDOS E DIVULGADOS NO SÍTIO WWW.FORMFACTORS.ORG, ORGANISMO QUE DEFINE OS PADRÕES EXISTENTES; POSSUIR PELO MENOS 01 (UM) SLOT PCI-EXPRESS 2.0 X16 OU SUPERIOR; POSSUIR SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO DE CHASSIS, COM ACIONADOR INSTALADO NO GABINETE; O ADAPATADOR DE VÍDEO INTEGRADO DEVERÁ SER NO MÍNIMO DE 01 (UM) GIGABYTE DE MEMÓRIA, POSSUIR SUPORTE AO MICROSOFT DIRECTX 10.1 OU SUPERIOR, SUPORTAR MONITOR ESTENDIDO, POSSUIR NO MÍNIMO 02 (DUAS) SAÍDAS DE VÍDEO, SENDO PELO MENOS 01 (UMA) DIGITAL DO TIPO HDMI, DISPLAY PORT OU DVI; UNIDADE COMBINADA DE GRAVAÇÃO DE DISCO ÓTICO CD, DVD ROM; TECLADO USB, ABNT2, 107 TECLAS (COM FIO) E MOUSE USB, 800 DPI, 2 BOTÕES, SCROLL (COM FIO); MONITOR DE LED 19 POLEGADAS (WIDESCREEN 16:9); INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WIFI PADRÃO IEEE 802.11 B/G/N; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO (64 BITS); FONTE COMPATÍVEL E QUE SUPORTE TODA A CONFIGURAÇÃO EXIGIDA NO ITEM; GABINETE E PERIFÉRICOS DEVERÃO FUNCIONAR NA VERTICAL OU HORIZONTAL; TODOS OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS (GABINETE, TECLADO, MOUSE E MONITOR) DEVEM POSSUIR GRADAÇÕES NEUTRAS DAS CORES BRANCA, PRETA OU CINZA, E MANTER O MESMO PADRÃO DE COR; TODOS OS COMPONENTES DO PRODUTO DEVERÃO SER NOVOS, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO</p>	5
----	------------	--	---



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	140
Rubrica	

11	MESA DE EXAMES	Mesa de exame ginecológico.(Cama para exame ginecológico tipo divã)Estrutura em madeira com espessura mínima de 15 mm, MDF de fabricante certificado, revestido em laminado decorativo, na cor bege. Deverá possuir duas (2) gavetas e uma (1) porta em cada lado, uma (1) porta central com uma prateleira interna. Os puxadores deverão ser metal e cromados. O revestimento interno do móvel deverá ser do mesmo material da parte externa. As gavetas deverão ser deslizantes, através de corrediças telescópicas. As dobradiças deverão ser 35 mm. O leito deverá ser estofado, revestido em couro marrom, sendo as partes anterior e posterior do leito ajustável através de cremalheiras duplas, unidas entre si, fabricadas em aço inoxidável, com no mínimo quatro (4) posições. O móvel deverá vir acompanhado de um par de pernas anatômicas, em poliuretano injetado, que permitam ajuste de altura e com mobilidade antero-posterior. A fixação desta haste deverá ser feita através de uma estrutura com no mínimo 14 X 5,5 cm. Deverá possuir gaveta para escoamento de líquidos, em aço inox.	4
12	CARRO DE CURATIVOS	CONSTRUÍDO EM ESTRUTURA EM TUBOS DE 1" X 1,2 MM DE ESPESSURA EM AÇO INOX PADRÃO AISI 304 COM ACABAMENTO POLIDO O QUE FACILITA O PROCESSO DE ASSEPSIA; DIMENSÕES APROXIMADAS COMPRIMENTO 0,75 X LARGURA 0,45 X ALTURA 0,85; TAMPO E PRATELEIRA EM AÇO INOX PADRÃO AISI 304 COM ACABAMENTO ESCOVADO DE ESPESSURA 1,0MM FIXADO NA ESTRUTURA TUBULAR ATRAVÉS DE SOLDA, COM SISTEMA DE GUARNIÇÃO INOX 5/16" EM VOLTA DE TODA BANDEJA; RODAS 3" EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA FIXADA NA ESTRUTURA EM AÇO INOX ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE BUCHA EXPANSIVA, GARANTINDO MAIOR ESTABILIDADE E SUPORTANDO MAIS PESO PARA-CHOQUE COM TUBOS DE AÇO CARBONO PINTADO, REVESTIDO DE BORRACHA PVC EM VOLTA; SUPORTES PARA BALDE E BACIA EM AÇO INOX POLIDO, ACOMPANHA BALDE E BACIA EM AÇO INOX	4
13	ESTETOSCÓPIO ADULTO	ESTETOSCÓPIO ADULTO COM PAR DE OLIVAS RÍGIDAS	16
14	CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA	Cadeira de Banho Higiênica Construída em Aço Pintura eletrostática epóxi Apoio de pé fixo Apoios de braço fixo Freios bilaterais Largura 40 cm Capacidade para 80 Kg Largura total: 48cm	3
15	CADEIRA DE RODAS ADULTO	CADEIRA DE RODAS ADULTO: CONFECCIONADO EM AÇO/FERRO PINTADO, PÉS REMOVIVEL, BRAÇOS FIXO, COM ELEVAÇÃO DE PERNAS E SUPORTE PRA SORO.	5



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	141
Rubrica	

16	ARMÁRIO	ARMÁRIO DE AÇO entre 1.800 x 700 com: Quatro prateleiras reguláveis Duas portas com maçaneta e fechadura com chave Pé nivelador: 30mm Chapa: 24 Pintura texturizada Sapatas e porcas rebites de aço para suporte dos pés niveladores Estampa que permite ventilação, Na cor cinza ou azul	9
17	CARRO DE EMERGÊNCIA	CARRO DE EMERGENCIA CONSTRUÍDO EM CHAPA METÁLICA COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM E PINTURA ELETROSTÁTICA TEXTURIZADA COM 04 RODÍZIOS DE MOVIMENTO DE 360º GRAUS E FRIO COM DUAS RODAS. GAVETEIRO COMPOSTO DE 03 GAVETAS, SENDO UMA COM 18 DIVISÕES PARA GUARDAR MEDICAMENTOS E DUAS PARA INSTRUMENTOS, UM COMPARTIMENTO FECHADO COM TAMPA BASCULANTE PARA USO GERAL. TAMPO SUPERIOR EM MATERIAL SINTÉTICO DIVIDIDO EM DOIS MÓDULOS, BANDEJA COM GIRO LIVRE DE 360º, PARA ACOMODAÇÃO DE DESFIBRILADOR/MONITOR OU CARDIOVERSOR. DOTADO DE CABO DE FORÇA TRIPOLAR DE 2,00 METROS E 04 TOMADAS DE 2P +T DE DISTRIBUIÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. PROTEÇÃO DE BORRACHA EM TODO O PERÍMETRO CONTRA IMPACTOS. ACOMPANHA: SUPORTE PARA SORO COM ALTURA AJUSTÁVEL, TÁBUA PARA MASSAGEM CARDÍACA EM ACRÍLICO, SUPORTE PARA CILÍNDRIO DE OXIGÊNIO E TRAVA PARA GAVETAS/ BASCULANTE. DIMENSÕES: 520MM X 725MM X 1095 MM. PESO DE 63KG..	2
18	GLICOSÍMETRO DIGITAL	APARELHO MEDIDOR PARA TESTE RÁPIDO DE GLICOSE, CODIFICAÇÃO AUTOMÁTICA, COM TIRAS E LANCETAS	15
19	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO	Esfigmomanômetro aeróide com braçadeira em nylon, pêra com válvula em metal reforçado, circunferência de 31 a 39 cm	16
20	MÁQUINA DE SOLDA MIG MAG	Máquina de Solda MIG para arames com gás ou sem gás. Proteção contra superaquecimento, Alimentador de arame integrado. Regulagem de saída do arame ponto e intermitente. Regulagem de corrente de 30 a 190 A. Fusível de proteção. Tensão nominal: 220V/ monofásica, Frequência: 60 Hz, Potência mínima de 5,2 KVA. Diâmetro do arame de aço: 0,8 - 1 mm. Diâmetro do arame sem gás: 0,8 - 1 mm. Estágios de potência: 4. Classe de proteção: IP21, Grau de proteção: H	1
21	MÁQUINA CHANFRADEIRA	Máquina chanfradeira de couro potência mínima de 1/2 HP, navalha com rotação constante, variador eletrônico da velocidade do transporte, sistema de afiação de navalha integrado, pintura anticorrosiva.	2



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	142
Rubrica	

22	ARMÁRIO	ARMÁRIO DE AÇO entre 1.800 x 700 com: Quatro prateleiras reguláveis Duas portas com maçaneta e fechadura com chave Pé nivelador: 30mm Chapa: 24 Pintura texturizada Sapatas e porcas rebites de aço para suporte dos pés niveladores Estampa que permite ventilação, Na cor cinza ou azul.	10
23	MÁQUINA DE COSTURA ZIG ZAG	Máquina de costura em zig-zag com ajuste de ponto, lubrificação automática, largura mínima do zig-zag de 9 mm, comprimento mínimo do ponto de 5mm, capacidade mínima de 2500 pontos por minuto, motor de 1/3 HP ou superior	5
24	APARELHO DE SOM	Gravação Digital em MP3; Entrada para fone de ouvido estéreo; USB Direct para reprodução de músicas MP3/WMA; Reprodução de CDs de MP3/WMA, CD e CD –RW; Mídias de reprodução: CD, CD-R, CD-RW, CD de MP3, CD de WMA - GARANTIA: 6 MESES	2
25	SOFÁ CAMA HOSPITALAR	SOFÁ CAMA HOSPITALAR DE 03 LUGARES, COR PRETA, DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS: 2100 X 1000 X 800 (L X A X P), ASSENTO 1800 X 550 MM (L X P); ENCOSTO 1800 X 400 (L X A); ALTURA DO SOLO AO ASSENTO 600 MM; ESPESSURA MÍNIMA DO ASSENTO E ENCOSTO 150 MM; ESPESSURA MÍNIMA DO BRAÇO 150 MM. ASSENTO E ENCOSTO CONFECCIONADO NA PARTE ESTRUTURAL EM MADEIRA MACIÇA TIPO PINUS TRATADO OU SIMILAR, COM UMA POLEGADA DE ESPESSURA, TRATAMENTO ANTI-FUNGOS E SECAGEM EM ESTUFA. JUNÇÃO DOS QUADROS ESTRUTURAIS REALIZADA COM COLA PVA E GRAMPOS METÁLICOS 14 X 50 MM, COM AUXÍLIO DE GABARITOS PARA MONTAGEM. ESPUMA DE POLIURETANO LAMINADA DE 80 MM DE ESPESSURA, NO MÍNIMO, E DENSIDADE CONTROLADA MÍNIMA DE 26 KG/M3 NO ASSENTO E 23 KG/M3 PARA ENCOSTO E BRAÇOS, COM BORDA FRONTAL SEMI-ARREDONDADAS. SUSTENTAÇÃO ENTRE ESTRUTURA DO SOFÁ E A ESPUMA, TRANÇADO DE COURO QUE SUSTENTA A ESPUMA. REVESTIMENTO EM COURO SINTÉTICO PRETO, TIPO COURVIM. ÂNGULO DE ABERTURA ENTRE ASSENTO E ENCOSTO DE APROXIMADAMENTE 100 GRAUS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DA ABNT. MÍNIMO DE 04 PÉS PARA SUSTENTAÇÃO DO SOFÁ, EM ALUMÍNIO POLIDO. GARANTIA MÍNIMA DE 02 ANOS	3



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	143
Rubrica	

26	TELEVISOR	TV LED DE 42", SMART TV, FULL HD, TELEVISÃO EM CORES; TELA LED, PLANA, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1920 X 1080; CONEXÃO COM INTERNET (VIA CABO E WI FI); COM CONTROLE REMOTO; VOLTAGEM BIVOLT; POTÊNCIA DO ÁUDIO 2 X 10 RMS, CONSUMO APROXIMADO MÁXIMO 165 W; ALIMENTAÇÃO: AC100-240V 50/60HZ, MEDINDO APROXIMADAMENTE 138 X 873 X 9,5 CM (LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE) (MEDIDAS SEM A BASE); PESANDO NO MÁXIMO 28 KG COM BASE. SELO PROCEL A. CONECTIVIDADE: 2 HDMI, 1 USB, 1 ENTRADA COMPONENTE (Y/PB/PR), 1 ENTRADA DE VÍDEO COMPOSTO (AV), 1 ENTRADA REDE ETHERNET (LAN), 1 SAÍDA DE ÁUDIO MINI JACK, 1 SAÍDA DE ÁUDIO ÓPTICO E 2 ENTRADAS DE RF (TERRESTRE/ CABO). GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	2
27	BANQUETA DOBRÁVEL	BANQUETA DOBRÁVEL, EM FORMA DE X, COM TELA 100% POLIETILENO, ALTURA 45 CM.	80
28	BANQUETA	BANQUETA EM AÇO INOXIDÁVEL, REGULAGEM DE ALTURA, RODÍZIOS, ASSENTO GIRATÓRIO	20
29	MORSA PARA FURADEIRA DE BANCADA	Morsa para furadeira de bancada, fuso com liga de aço, corpo em ferro fundido e abertura do mordente de 55 mm ou superior.	3
30	FURADEIRA ELÉTRICA DE BANCADA	Furadeira de bancada c/ mandril de aperto rápido de 1 a 13mm. 1/3 HP ou superior, c/ ajuste de no mínimo 2 velocidades, com mesa ajustável	3
31	MOTO ESMERIL	Moto esmeril de coluna ponta dupla, capacidade de rotação mínima de 3400 RPM com 2 HP ou superior, chave de emergência e protetor de rebolo.	2
32	PARAFUSADEIRA PNEUMÁTICA MANUAL	Parafusadeira Pneumática mínimo 5000 Rpm, torque mínimo 0,5 Kgfm, sentido rotação reversível (horário e anti-horário)	1



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	144
Rubrica	

9.2 MEMÓRIA DE CÁLCULO

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	JUSTIFICATIVA
GELADEIRA/REFRIGERADOR	3	1 Unidade para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 2 unidade para o centro de atenção psicossocial de maricá.
FOGÃO	2	1 Unidade para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 1 unidade para o centro de atenção psicossocial de maricá.
FORNO DE MICROONDAS	2	1 Unidade para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 1 unidade para o centro de atenção psicossocial de maricá.
MESA PARA REFEITÓRIO	20	10 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 10 unidade para o centro de atenção psicossocial de maricá.
CADEIRA	8	5 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 3 unidade para o centro de atenção psicossocial de maricá.
BEBEDOURO INDUSTRIAL	1	1 Unidade para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD.
ARMÁRIO	14	10 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 4 unidade para o centro de atenção psicossocial de maricá.
MESA DE ESCRITÓRIO	9	5 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 4 unidade para o centro de atenção psicossocial de maricá.
IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX).	3	2 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 1 unidade para o centro de atenção psicossocial de maricá.
COMPUTADOR	5	3 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 2 unidade para o centro de atenção psicossocial de maricá.
MESA DE EXAMES	4	2 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 2 unidade para o centro de atenção psicossocial de maricá.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	145
Rubrica	

CARRO DE CURATIVOS	4	2 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 2 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
ESTETOSCÓPIO ADULTO	16	10 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 6 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
CADEIRA DE BANHO HIGIÊNICA	3	2 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 1 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
CADEIRA DE RODAS ADULTA	5	3 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 2 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
ARMÁRIO	14	10 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 4 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
CARRO DE EMERGÊNCIA	2	1 Unidade para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 1 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
GLICOSÍMETRO DIGITAL	15	10 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 5 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO	16	10 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 6 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
MÁQUINA DE SOLDA MIG MAG	1	1 Unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
MÁQUINA CHANFRADEIRA	2	1 Unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
ARMÁRIO	19	16 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 3 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
MÁQUINA DE COSTURA ZIG ZAG	5	3 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 2 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
APARELHO DE SOM	2	1 Unidade para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 1 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
SOFÁ CAMA HOSPITALAR	3	3 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	146
Rubrica	

TELEVISOR	2	1 Unidade para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 1 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
BANQUETA DOBRÁVEL	100	50 Unidades para o centro de atenção psicossocial álcool e drogas CAPS AD, 50 unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.
MORSA PARA FURADEIRA DE BANCADA	3	3 Unidades para o centro de atenção psicossocial de marica.
FURADEIRA ELÉTRICA DE BANCADA	3	3 Unidades para o centro de atenção psicossocial de marica.
MOTO ESMERIL	2	2 Unidades para o centro de atenção psicossocial de marica.
PARAFUSADEIRA PNEUMÁTICA MANUAL	1	1 Unidade para o centro de atenção psicossocial de marica.

10. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações, e os memoriais descritivos destinam-se a instruir o Edital de Licitação em cumprimento a Lei 8.666/1993 e o fornecimento dos itens de materiais permanentes pela empresa contratada.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As licitantes deverão comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

12. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo de entrega dos materiais permanentes será até 10 (dez) dias a contar da ordem de recebimento, pela contratada, da ordem de entrega expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com a nota de empenho.

A entrega dos materiais permanentes deverá ser efetuada nas unidades de saúde descritas na Memória de Cálculo, agendado previamente de segunda à sexta-feira, das 9 às 16h.

CAPS I : CENTRO DE ATENÇÃO PISICOSSOCIAL DE MARICA –



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	147
Rubrica	

RUA EXPEDICIONARIO LUIZ MANOEL FERREIRA 53 CENTRO DE MARICA – RJ CEP 24900-000
CAPS AD: CENTRO DE ATENÇÃO PISICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS MARICA.

RUA CLIMACO PEREIRA 259 CENTRO DE MARICA – RJ CEP 24900-000

Os equipamentos e materiais permanentes estarão sujeitos à aceitação da Secretaria Municipal de Saúde, a qual caberá o direito de recusar, caso o (s) equipamento (s) e/ou material (ais) não esteja (m) de acordo com o especificado.

O prazo aceite provisório dos itens, será de 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento dos eletrodomésticos, e de 05 (cinco) dias para o aceite definitivo.

O prazo máximo para a substituição dos materiais, que não atenderem as especificações técnicas deste Termo de Referência, será de 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento pela Contratada de ofício solicitando a reparação de irregularidades enviada pela Contratante. Decorrido esse prazo e não havendo a devida reparação, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis.

13. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- a) Todos os materiais deverão possuir garantia/validade mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, se outra não houver;
- b) No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos nos materiais, fornecidos deverão ser prontamente corrigidos pela Contratada. Nesses casos, os produtos (materiais), componentes ou peças deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para a Contratante.

14. DA FISCALIZAÇÃO

- a) Nos termos do artigo 67, § 1º, da lei 8.666/93, a Contratante designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura ocorrerem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) Da mesma forma, a Contratada deverá indicar um preposto devidamente aceito pela Contratante, para representa-lo na execução do Contrato;
- c) Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	148
Rubrica	

d) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante designado deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1 Visando a execução do objeto deste termo de referência, a **CONTRATANTE** se obriga a:

- a) Fazer cumprir o disposto do presente Termo de Referência, edital e seus anexos;
- b) Realizar rigorosa conferência das características dos materiais entregues, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta dos bens ou de parte da entrega a que se referirem;
- c) Receber provisoriamente os materiais, disponibilizando local, data e horário;
- d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, Edital e Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- e) Anotar em registro próprio e notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no decorrer da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção e solução;
- f) Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do contrato e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho do objeto contratado;
- g) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº. 8666/93;
- h) Alocar os recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste termo de referência;
- i) Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, após o cumprimento das formalidades legais;
- j) Informar, por escrito, qualquer evento que esteja fora da rotina de trabalho, indicando horário, local e pessoal responsável;
- k) Exigir da **CONTRATADA**, a imediata correção e substituição de materiais em desacordo com o especificado no contrato;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	149
Rubrica	

- l) Receber, conferir e atestar a nota fiscal/documentos de cobrança;
- m) Verificar e exigir a execução das rotinas de serviços estabelecidos neste edital.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Visando a execução do objeto deste termo de referência, a CONTRATADA se obriga a:

- a) Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde de Maricá, conforme consta neste Termo de Referência, em estrita observância das especificações técnicas do presente Termo e da Proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando o detalhadamente as indicações de marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia/validade;
- b) Comunicar à Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c) Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens entregues, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar à Contratante a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;
- d) Todo o eletrodoméstico deverá estar de acordo com as normas atualizadas da ABNT, independente de estarem listadas neste Termo de Referência, e especificado de forma clara, completa e minuciosa;
- e) Os materiais a serem entregues, bem como os serviços a serem executados, deverão obedecer rigorosamente:
 - Às normas e especificações contidas no presente Termo de Referência;
 - Às prescrições e recomendações do fabricante.
- f) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto;
- g) A Contratada deverá reparar, quando isto for possível, indenizar por danos materiais e/ou pessoais decorrentes de erro na execução do objeto contratado, seja ele ao profissional que manuseará os materiais ou pacientes que fizerem uso dos mesmos;
- h) A contratada será responsabilizada por prejuízos havidos na execução do objeto contratado mesmo após o término de sua duração;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	150
Rubrica	

- i) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições previstas neste Termo de Referência;
- j) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;
- k) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- l) Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletivo, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do contrato, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela **CONTRATADA** a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a **À CONTRATANTE**;
- m) A ausência ou omissão da **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas na lei ou neste contrato, bem como nas normas da ABNT que regem o assunto;
- n) Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
- o) Atender e repassar, tempestivamente, através de seu preposto/responsável técnico e/ou administrativos, a comunicação das solicitações da **CONTRATANTE**;
- p) Se responsabilizar pelo fornecimento de todos os equipamentos, inclusive EPI's, EPC's e materiais necessários à segurança do pessoal que trabalha nos serviços, bem como oferecer todas as condições exigidas pelo Ministério do Trabalho, tendo em vista o risco que o tipo de serviço oferece;
- q) A contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17. DO MODELO DE LICITAÇÃO ADOTADO



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	151
Rubrica	

Considerando os termos da Lei nº 8.666/93, será adotada a modalidade pregão presencial e julgamento da proposta pelo **menor preço por item**.

Pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos itens cotados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil). Objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas, o percentual destinado para a participação de ME e/ou EPP's será de 10% (dez por cento), para itens acima de R\$ 80.000 (oitenta mil reais).

18. FONTE DE RECURSOS

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: _____.

Unidade orçamentária: _____.

Funcional programática/programa: _____.

Funcional programática/Ação: _____.

Elemento de Despesa: _____.

Fonte de recursos: _____.

Trata-se de recursos oriundos de Emenda Parlamentar e publicação no D.O.U. E D.O.E.

19. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002;

Decreto municipal nº 158 de Maio de 2018; e.

Legislação pertinente ao objeto contratado;

Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016.

20. PRAZO DE EXECUÇÃO

Trata-se de aquisição integral e imediata dos itens. O prazo para execução será de 10 (dez) dias a contar da data de assinatura do contrato.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	152
Rubrica	

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

O índice aplicável em caso de eventual reajuste será o IGP-M com marco inicial para reajustamento a partir da data do recebimento da proposta.

Ficará eleito o Foro da Comarca de Maricá para dirimir quaisquer questões decorrentes do CONTRATO, assim como do Edital de Convocação e do Contrato que sucederão, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maricá, 28 de Novembro de 2018.

Responsável pela Elaboração do Projeto Básico – Termo de Referência

Rita de Cássia Alves de Sant´anna
Coordenadora Administrativa da SMS
Mat. 107473

CARLOS AUGUSTO ANACLETO
COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA
MAT. 107729

Ciente e autorizo o prosseguimento,

SIMONE DA COSTA DA SILVA MASSA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MAT. 106016



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	153
Rubrica	

ANEXO IV

A – MINUTA CONTRATUAL

MINUTA - CONTRATO PARA _____
PARA A _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO MARICÁ E _____

O **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua _____, CNPJ nº _____, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Exmo. Sr. (IDENTIFICAR AUTORIDADE), e a sociedade empresária _____ situada na _____, e inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____ (IDENTIFICAR REPRESENTANTE), resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA** _____, conforme processo administrativo _____, especialmente o disposto no Edital nº _____, modalidade _____, aplicando-se a este contrato as normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto 158/2018, demais legislações aplicáveis ao tema, bem como as cláusulas e condições seguintes:

ÍNDICE

CLÁUSULA	ASSUNTO
1ª	DO OBJETO
2ª	DO PRAZO
3ª	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4ª	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5ª	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6ª	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7ª	DA EXECUÇÃO
8ª	DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
9ª	DA RESPONSABILIDADE
10ª	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11ª	DA GARANTIA
12ª	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13ª	DA EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO
14ª	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15ª	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16ª	DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA
17ª	DA RESCISÃO
18ª	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19ª	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20ª	DO FORO DE ELEIÇÃO



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	155
Rubrica	

e recursos humanos necessários para a boa execução do objeto do presente instrumento. **Parágrafo terceiro.** A execução do objeto contratual observará o descrito no edital de licitação e seus anexos, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis. **Parágrafo quarto.** As inclusões ou exclusões de material ou alteração de preços de materiais que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados seqüencialmente e subscritos pelos representantes das Partes. **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL:** A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete: a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato; b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta; c) suspender a execução e, conforme o caso, determinar a devolução do fornecimento considerado inadequado; d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato; e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**. **Parágrafo primeiro.** Cabe recurso das determinações tomadas pela Comissão prevista no *caput* desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta. **Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização. **Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização. **Parágrafo quarto.** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades. **Parágrafo quinto.** A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria. **Parágrafo sexto.** Os membros da comissão prevista no *caput* desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para providências. **Parágrafo sétimo.** Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais. **Parágrafo oitavo.** O objeto do contrato será recebido pelo fornecimento realizado, observada a seguinte forma: a) provisoriamente, com a entrega dos bens, confirmando-se de imediato, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida, no prazo de ___ (___) dias; b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o *caput* desta cláusula, após decorrido o prazo máximo de ___ (___) dias, contados a partir do recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais. **Parágrafo nono.** Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE: A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração. **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O **MUNICÍPIO** fará o pagamento dos produtos fornecidos por meio de depósito em conta bancária, a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município, depois de atestada a entrega pelos representantes do Município. **Parágrafo primeiro.** O valor devido será confirmado pelo registro dos bens entregues no período, que deverá se realizar por meio de servidores indicados pelo **MUNICÍPIO** em até dez dias após o prazo previsto para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	156
Rubrica	

conclusão da etapa, considerando-se os preços unitários. Parágrafo segundo. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos produtos efetivamente entregues se for inferior ao previsto no cronograma de desembolso para a respectiva etapa. Parágrafo terceiro. Caso o valor dos bens efetivamente entregues seja superior ao previsto no cronograma físico-financeiro, será devido o valor indicado no cronograma, ficando a diferença para ser paga no momento previsto no cronograma, facultado ao MUNICÍPIO, conforme sua possibilidade e conveniência, realizar de imediato o pagamento integral correspondente à efetiva execução medida no período. Parágrafo quarto. Não serão considerados quaisquer bens entregues que não estejam discriminados na planilha de quantitativos e custos unitários. Parágrafo quinto. O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela, na forma do art. 40, inciso XIV, "a" da Lei Federal 8.666, de 1993. Parágrafo sexto. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação. Parágrafo sétimo. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feitos mediante desconto de 0,033% ao mês, *pro rata die*. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA:** MUNICÍPIO, a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:** O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei nº 8.666/93, mediante Aditamento Contratual. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO:** Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento. Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES:** A inexecução do fornecimento, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades: a) advertência; b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da total do CONTRATO, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos; c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento); d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA; e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7.º da Lei Federal n.º10.520/02. Parágrafo primeiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, assegurados a ampla defesa e o contraditório. Parágrafo segundo - A sanção prevista nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra. Parágrafo terceiro - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia. Parágrafo quarto - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula competem ao Sr. Prefeito. Parágrafo quinto - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade. -Parágrafo sexto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15893/2018
Data do Início	20/07/2018
Folha	157
Rubrica	

apresentado pela CONTRATADA após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO:** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face do MUNICÍPIO. Parágrafo único - Caso o MUNICÍPIO tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do MUNICÍPIO e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado. Parágrafo único - O cessionário ficará subrogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO:** O presente contrato poderá ser rescindido por: a) Ato unilateral do MUNICÍPIO, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93; b) Por acordo entre as partes, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93; c) Por decisão judicial, nos termos da legislação aplicável. Parágrafo primeiro – Constituem motivos para rescisão do contrato os termos estabelecidos nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa. Parágrafo segundo - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Maricá. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO:** Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do MUNICÍPIO. Parágrafo primeiro – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato. Parágrafo segundo - O MUNICÍPIO encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS:** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO:** Fica eleito o Foro da Cidade de Maricá, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Maricá, _____

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS

1 -

2 -